



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1188/15	DATA: 14/07/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 14h57min	TÉRMINO: 16h20min	PÁGINAS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CARLOS EDUARDO SODRÉ - Chefe de Gabinete da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia.
RUI PEREIRA DA PAZ - Gestor de Vagas da Polícia Civil.
MARCOS SÉRGIO DE FREITAS SANTOS - Secretário de Estado Adjunto de Ressocialização do Estado de Alagoas.
HENRIQUE ADELINO DEBONI - Diretor Institucional da Empresa Verdi Sistemas Construtivos S.A.

SUMÁRIO

Discussão sobre a realidade do Sistema Carcerário Brasileiro.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve exibição de imagens.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas das 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª e 18ª reuniões. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dispensada a leitura das atas, a pedido da Deputada Carmen Zanotto.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-las, em votação.

Os Deputados que aprovam as atas permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovadas as atas.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos fatos relacionados ao objeto de investigação da CPI, com a exposição dos Srs. Carlos Eduardo Sodré, Chefe de Gabinete da Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia; Rui Pereira da Paz, Gestor de Vagas da Polícia Civil; Tenente-Coronel PM Marcos Sérgio de Freitas Santos, Secretário de Estado Adjunto de Ressocialização do Estado de Alagoas; e Henrique Adelino Deboni, Diretor Institucional da empresa Verdi Sistemas Construtivos S/A.

Antes de passar a palavra aos expositores, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido aos expositores será de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se, previamente, junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas considerações. Cada Deputado membro inscrito terá o prazo de 5 minutos para tecer considerações, e cada Deputado não membro inscrito terá o prazo de 3 minutos para tecer considerações.

Eu convido, portanto, para tomar assento à mesa o Sr. Carlos Eduardo Sodré, para iniciar sua exposição.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Foi feito um indicativo, no anúncio da presente reunião, de que provavelmente teríamos já a leitura e votação do relatório. Ao mesmo tempo, tem no plenário um requerimento para ampliação do prazo da CPI. Vai ser feita a análise do relatório com abertura de discussão hoje ou ficará para depois do recesso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, esta audiência pública, de agora à tarde e desta manhã, ocorreu exatamente para que os dois Sub-Relatores pudessem fechar os seus relatórios. Nós estamos aqui conversando. A nossa intenção é apresentar o relatório na quinta-feira, porque, evidentemente, deverá haver pedidos de vista, e vamos deixar para que, nos dias 3 e 4 de agosto, nós possamos deliberar o relatório.

Vamos defender também o requerimento que solicita a prorrogação do prazo da CPI, que estará na pauta do plenário. A gente vai tentar conseguir mais uma semana para que a gente possa encerrar os trabalhos, dando oportunidade para que a gente possa fazê-lo com proposições, com propostas.

Ainda há pouco o Deputado Carlos Zarattini me procurou dizendo que tem uma proposta. Achei interessante a proposta dele. É um projeto de lei que trata do Fundo Penitenciário. Isso é muito importante.

Então, nós hoje com certeza não deliberaremos, não teremos discussão sobre o relatório.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que faça constar na ata a nossa audiência pública de amanhã, na qual teremos a presença de representantes do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, dos Estados e dos Municípios, bem como do Secretário-Adjunto de Santa Catarina, para tratarmos da saúde no sistema prisional.



Para mim, como Sub-Relatora dessa área, isso é fundamental. O relatório está previamente elaborado, mas a gente precisa ouvi-los para poder inclusive fazer as proposições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O Ministro não virá, mas mandou o representante com os dados necessários.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Perfeito, isso nos atende, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, amanhã de manhã, vai haver a última audiência pública para que a Sub-Relatora possa....

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Isso, amanhã de manhã.

E conte conosco para fazer a defesa, porque eu tenho convicção de que a nossa Comissão trabalhou bastante, o fruto dela será muito produtivo para o melhoramento do sistema carcerário brasileiro. Eu acho que uma semana não prejudica em nada os andamentos da Casa no segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputada.

O Sr. Carlos Eduardo Sodré já está aqui? Depois, a gente chama o expositor seguinte, para a mesa não ficar muito cheia. *(Pausa.)*

Dr. Carlos, só um momentinho, pois o Relator quer fazer uma consideração.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu só queria, antes de mais nada, dar uma orientação às pessoas convidadas. Como vocês viram aqui, nós estamos com data marcada para a entrega dos relatórios, e as diversas audiências que nós temos pela frente já são focadas em alguns temas específicos de que nós estamos tratando.

A audiência de hoje, por exemplo, Deputado Glauber Braga, é para arrematar, finalizar o relatório da arquitetura prisional, da parte de infraestrutura, da parte de arquitetura, da parte do sistema construtivo, do sistema de contratação, etc. Então, esse é o foco. Não adianta nós aqui hoje fazermos debate sobre crimes nos presídios e ressocialização. O tema é esse hoje, até para sermos mais objetivos e concretizarmos o relatório, não é, Sr. Presidente?

Então, é só essa orientação para as pessoas que forem falar não tergiversarem muito, porque, senão, não adianta, não vai ser considerado. Nós



vamos focar na parte de sistema construtivo, na parte de contratações, para que haja celeridade no processo de construção de presídios no Brasil. Esse é o foco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Sr. Carlos Eduardo Sodré, por 20 minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO SODRÉ - Eminente Presidente desta CPI, Deputado Alberto Fraga, ilustre Relator e demais Deputados que a integram, venho da Bahia trazendo, em primeiro lugar, a mensagem de contentamento do Governo do Estado e da nossa Secretaria por esta Casa Legislativa, através desta CPI, estar se debruçando sobre essa questão extraordinária, significativa, angustiosa e angustiante, que é a questão prisional do Brasil.

Visitaram o nosso Estado membros desta CPI, como a Deputada Erika Kokay e o Deputado Sérgio Brito, e tiveram oportunidade de ir a uma de nossas unidades e se reunirem com a alta direção da nossa Secretaria.

O convite da CPI para que, formalmente, a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia aqui comparecesse para que também expressasse a sua manifestação, agora vejo, pela orientação da Mesa, que ele está focado na questão da arquitetura prisional.

Trago as escusas do ilustre Secretário de Administração Penitenciária da Bahia, Dr. Nestor Duarte, ex-Deputado Federal, por várias vezes nesta Casa, que conduz e lidera um grupo de pessoas que realiza um trabalho extraordinário, em que pesem tantas dificuldades e limitações. E, dessa equipe, o mais modesto deles é o Subsecretário, que vos fala nesta oportunidade, mas aqui se faz acompanhar, honrado com isso, do Superintendente de Gestão Prisional, Major Julio Cesar Santos, e do Dr. Tarcísio Brandão Malaquias, Diretor-Geral da nossa Secretaria. Isso é exatamente para medir o tamanho do apreço que o Secretário dedica ao trabalho desta Comissão e pela honra também de aqui encontrar, representando a Bahia, como uma das figuras mais importantes da Secretaria de Segurança Pública daquele Estado, o Dr. Rui Pereira da Paz.

Vemos aqui outras pessoas conhecidas de Alagoas, nossos congêneres e parceiros nessa grande luta que travamos, tentando enfrentar e exorcizar os males que afligem o setor prisional do Estado, e aqueles que também constroem e produzem nessa área.



Permita-me dizer, Sr. Presidente, sem que saia do que constitui a recomendação desta Mesa, que o universo prisional é da ordem de 16 mil presos, dos quais 13 mil são confiados à gestão e à guarda da Secretaria de Administração do Estado da Bahia, e outros 3 mil que ainda remanescem — e estou falando em números redondos — estão sob a égide e a guarda da Secretaria de Segurança Pública. Encontramos um Estado com pouco mais de 6 mil vagas prisionais, computadas todas aquelas desde a chegada dos portugueses, como Tomé de Sousa, ao Brasil até o governo que antecedeu o primeiro governo do ex-Governador Jaques Wagner.

No segundo governo, conhecendo as dificuldades e todos os embaraços que, ao longo do tempo, tivemos nessa questão, houve por bem criar a Secretaria de Administração Penitenciária, que completou, agora em maio, apenas 4 anos e já pode exibir alguns resultados, em que pesem as dificuldades com quem ainda convivemos, as angústias com as quais ainda nos debatemos e também as limitações, que são muito grandes. Nesse meio tempo, o que se construiu de unidades prisionais é superior ao que se erigiu, em mais de 4 anos, na Bahia.

Também nos alegra, e é o que mais nos alegra, que, encontrando em torno de 800 internos fazendo ressocialização, tenhamos hoje um número que excede a 5 mil por ano.

Quero dizer também que a ressocialização na Bahia nunca foi uma política de Estado, ela é exercida meritória e filantropicamente pela pastoral carcerária, por igrejas evangélicas, por centros espíritas e outras pessoas que, do ponto de vista de prestação de serviço humanitário, agregavam a sua grande contribuição. Hoje, já se realiza um trabalho para dar oportunidade de estudar e preparar pessoas, sobretudo para a tarefa de enfrentar uma nova vida ao sair do cumprimento das penas.

O Estado está adotando um programa chamado Pró-Trabalho, e deve ser celebrado o início da sua operacionalização dentro de poucos dias, o que dará 5% de obrigatoriedade aos contratados para obras e determinados serviços reservados a internos em regime semiaberto.

Hoje, são 16 centrais de penas e medidas alternativas, e o propósito da Secretaria é chegar a 40 no Estado, através de núcleos de acompanhamento de penas e medidas alternativas, exatamente para que contribua com o



desencarceramento, mas contribua também com a economia que se faz quando se sabe que a relação do custo com o preso hoje é em torno de 2.450 reais na gestão do Estado e, na cogestão, um pouco mais, 2.623 reais, comparado ao 72,77 reais do custo *per capita* que fica para um cumpridor de pena, em face das despesas com que o Estado enfrenta o funcionamento dessas NEAPAS.

Isso é um dado importantíssimo, tanto mais porque o número de presos que saem do sistema carcerário, cumpridas as suas penas, e que retornam é quase sempre na ordem de mais de 75%, mas o número da reincidência entre aqueles que optam ou aqueles que os juízes indicam o caminho da pena alternativa é reduzido para 1,72%. São dados importantes, são práticas que o Governo do Estado, através da SEAP, vem realizando.

Mas, naquilo que constitui, Sr. Relator, o foco que esta CPI resolveu apontar para esta sessão, que é a questão da arquitetura prisional, são também dados importantíssimos. Há 4 anos, esperamos contar com recursos nacionais para fazer a construção de unidades, mas, infelizmente, as dificuldades, as tropelias da burocracia, a leseira burocrática e uma série de entraves fizeram com que isso não ocorresse. Então, por uma decisão que o Governador Jaques Wagner adotou, reservaram-se 151 milhões de reais do Tesouro a Fundo Perdido, o que nos permitiu a realização de obras de construção, de construções novas e ampliações, que importam, somadas a algumas que já haviam sido feitas em seu próprio Governo, em mais do que o dobro da capacidade prisional do Estado.

Além da questão do custo que podemos demonstrar, também há a questão do tempo. O método modular, que foi eleito para ser aquele de que se vale a Secretaria de Administração Penitenciária da Bahia, é exatamente um sistema construtivo que permite, com uma rapidez muito grande, tornar mais barata a construção porque, se a construção de uma nova unidade no preço que nacionalmente se elegeu como aquele próprio, à ordem de 42 mil reais por cela, por vaga, neste método está na ordem de 37 mil reais, levando-se em conta que se fazem obras, em alguns casos, em 90 dias, outras em 180 dias e algumas em 7 ou 8 meses, com 1 mês de preparação da área onde se edificam esses estabelecimentos. Isso significa que, no método convencional, é extrapolado o tempo em 1 ou 2 anos. E vejam que, na Bahia, há estabelecimento cuja construção



começou no Governo que terminou em 2007, e há 7 anos estava sendo feita. Se ficar 1 ano ou mais de 1 ano, nenhuma empresa opera sem aditivo, com isso, são mais 25% sobre o custo.

Quero dizer aos senhores em relação a isso que os 37 mil... Por exemplo, o Departamento Penitenciário até hoje não fez nenhuma unidade com o preço de 37 mil, mas colocou como parâmetro os 42 mil das novas vagas, sem haver a possibilidade ou a necessidade da aplicação de aditivos à ordem de 25% em cada aditivo. Isso faz com que seja um método extremamente favorável e rápido para quem tem que enfrentar a situação dramática, a situação difícil que há no Brasil, que é a questão prisional, com os contingentes perto de 600 mil presos para 200 e tantas mil vagas, num déficit extraordinário.

Se pudermos continuar no diapasão em que vamos, poderia dizer aqui que a Bahia tende a vir a ser, com a melhor das homenagens a todos os Estados, aos esforços que todos fazem, o primeiro Estado brasileiro a eliminar o déficit prisional. Podemos marchar para isso, bastando ter mais um pouco de meios para fazer. E quero dizer que a iniciativa e o apoio do Governador Jaques Wagner, ao seu tempo, foram extremamente reforçados pelo apoio que o Governador Rui Costa vem dando à Secretaria e aos nossos projetos. E S.Exa. está à disposição para continuar apostando nessas soluções em favor da eliminação do déficit prisional com que tanto sonhamos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, meus senhores, o tempo é curto, e a decisão da Mesa de direcionar o foco para outro ponto não nos permite aqui abusar da paciência de todos, para dizer tudo aquilo que fazemos, seja na monitoração eletrônica de que estamos fazendo licitação, seja na duplicação da quantidade de vagas, sejam nos esforços do Governo para aumentar a capilaridade da Defensoria Pública, porque isso também importa, para que os advogados consigam fazer com que aqueles que têm a sua pena já cumprida ou prestes a se encerrar ou os que cumprem penas alternativas possam liberar o espaço. Pode-se chegar a tirar 20% daqueles que estão em regime de encarceramento.

Todas essas providências estão sendo dadas. Há alguma improvisação, provavelmente com falhas e com erros. Mas, aumentando todos os quantitativos da



Secretaria, como os recursos que já foram aumentados, ainda precisam ser muito mais para enfrentar esse grande desafio.

Nós temos ainda 18 unidades prisionais que são antigas, são masmorras, e que dão, às vezes, um espetáculo dantesco para quem vê, e outra não é a realidade dos estabelecimentos prisionais do hoje. Os senhores sabem disso, porque esta CPI há de ter ido a fundo para ver esta questão *in loco* em todos os lugares do Brasil.

Nós trabalhamos para buscar fazer também a requalificação desses estabelecimentos, aumentar os contingentes, fazer capacitação de pessoal e uma série de programas importantes de natureza materno-infantil para as nossas internas. Enfim, os programas de saúde, os programas de trabalho, a intensificação dos programas de ressocialização, todos esses são esforços que fazemos e que estamos dispostos a continuar fazendo.

Não desejo abusar dos senhores quanto ao tempo e à paciência, certamente, de ouvir estas modestas palavras do mais modesto de todos da equipe, que foi escolhido pelo Secretário Nestor Duarte e de quem trago as homenagens a V.Exas. Ele aqui passou quatro mandatos, foi um Deputado operoso, e tem saudades desta Casa. Não é candidato, mas tem hoje a grande paixão de fazer com que a Bahia seja aquele Estado onde a questão prisional possa ser equacionada e resolvida, malgrado ainda as limitações e as dificuldades que temos.

O Governador Rui Costa tem dado todo apoio, como nós tivemos do Governador Jaques Wagner. Nós caminhamos céleres, com a boa vontade dos que ali lutam, de uma equipe operosa, com as dificuldades, repito, mas, tendo o objetivo de fazer com que o sistema penitenciário da Bahia, um dia, possa ser um modelo, ou pelo menos ser digno de abrigar as pessoas que a sorte, o comportamento ou a desdita os fizeram conduzir para aquela situação tão degradante e difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Agradeço ao Sr. Carlos Eduardo Sodré, Chefe de Gabinete da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia.

Eu quero convidar agora para tomar assento à Mesa o Sr. Rui Pereira da Paz, Gestor de Vagas da Polícia Civil.

O SR. RUI PEREIRA DA PAZ - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores presentes!



Embora eu não tenha o dom da oratória nem a eloquência de Dr. Sodré, buscarei passar aos senhores, baseado no foco que nos foi passado, a atual situação das delegacias e carceragens das unidades policiais.

Em nome do Secretário parablenizo essa iniciativa da CPI para mostrar qual a realidade do Sistema Carcerário Brasileiro e, principalmente, das delegacias, que, infelizmente, ainda vêm mantendo nas suas carceragens presos provisórios que ali não deviam estar.

Em decorrência da superlotação carcerária, que já vem desde 2010 para cá, Dr. Hélio Jorge me convidou para exercer a função de gestor de vaga da Polícia Civil. Ou seja, fazer a interface entre a Polícia Civil e a Secretaria de Administração Penitenciária, pelo fato de eu já ter sido diretor de unidade prisional, o que facilitaria esse contato.

Em decorrência dessa superlotação — hoje está bem menor —, nós passamos grandes problemas de 2010 até 2012, quando a menor delegacia tinha, no mínimo, o dobro da sua capacidade. Em decorrência dessa situação, a Dra. Andremara, Juíza de Execuções Penais, em 2013, no início do mês de junho, começou paulatinamente a interditar as unidades prisionais territoriais de Salvador, Bahia. Todas as delegacias que ela foi inspecionando, foi interditando e dando o prazo de 5 dias para se remanejar todos os presos. E assim procedeu também com as unidades especializadas. Hoje quase todas as delegacias do interior também padecem da mesma situação. Todas estão com as carceragens interditadas. E nós ficamos em uma situação ruim. Ou seja, não temos onde manter os presos, não temos onde os colocar, por falta de celas. E as celas que temos estão em péssimo estado.

Dr. Sodré passou aqui mostrando as dificuldades por que passa a SEAP — Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização e também a esperança de construção de novas unidades. Deus queira que aconteça o mais breve possível. Nós, policiais civis em desvio de função, vimos enfrentando uma série de problemas ao longo dos anos.

Se as estruturas das unidades prisionais da SEAP estão hoje defasadas em falta de qualificação, pior ainda as unidades policiais. Por quê? A delegacia de polícia foi criada para que o preso ali permanecesse o mínimo de tempo possível.



Ou seja, lavrado o flagrante, em 24 horas ele fosse encaminhado ao sistema prisional, ou, no caso de prisão temporária, que o delegado cumprisse sua investigação e pedisse a sua prisão preventiva, ou ele fosse liberado. Mas isso infelizmente não ocorre.

Em decorrência dessa situação, as unidades vêm enfrentando problemas com essa manutenção dos presos. Os policiais, no ano passado, se recusaram até em fazer o serviço que eles chamam de desvio de função, ou seja, trabalho de agente penitenciário. Inclusive, baseados na informação do sindicato, comunicaram ao Secretário, ao Sr. Delegado-Geral e ao Juiz da Comarca que não iam mais servir refeição, não iam levar preso para audiência, tampouco fazer encaminhamento dos presos ao médico. Algumas dessas situações ainda hoje persistem. O sindicato pelo menos mantém algumas atividades.

Mas o que nós enfrentamos? Primeiro, em decorrência da superlotação que ainda persiste, rebeliões e tentativas de fuga vêm ocorrendo sistematicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Sr. Rui, eu vou pedir licença ao senhor e vou interromper.

O senhor está falando sobre gestão do Estado da Bahia. Não é isso que nós queremos aqui na CPI.

O SR. RUI PEREIRA DA PAZ - Mas eu vou chegar até lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Pois é, mas o senhor já gastou 5 minutos e daqui a pouquinho nós não vamos chegar ao foco.

O SR. RUI PEREIRA DA PAZ - Nós vamos chegar ao foco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Nós queremos aqui focar em construção. A melhor maneira para que a gente possa atingir esse objetivo... O sistema prisional brasileiro todos nós sabemos como está, ele está um caos de Norte a Sul. Nós fizemos várias e várias audiências aqui com esse foco, e queremos aqui achar soluções.

Então, vou pedir para o senhor ser mais objetivo para entrarmos na linha que nós solicitamos. Senão, daqui a pouquinho, começa a Ordem do Dia, e nós temos mais pessoas aqui que querem falar. São três pessoas. Daqui a pouquinho alguém tem coisa importante a dizer, e nós não vamos conseguir ouvir, porque, no momento



em que acender essa luzinha aqui, quando ela começar a piscar, nós temos que encerrar.

Então, vou pedir para o senhor ser bem objetivo, para podermos cumprir o prazo. A CPI encerra impreterivelmente na próxima quinta-feira, quando nós faremos a última audiência. E teremos que entregar o relatório. Então, temos que ser objetivos, Sr. Rui. Só isso que eu vou lhe pedir.

O SR. RUI PEREIRA DA PAZ - Sr. Deputado, é que eu não me fiz ser entendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - É.

O SR. RUI PEREIRA DA PAZ - Na realidade, quando falo em construção, eu estou dizendo que as delegacias de polícia não foram construídas para manter a carceragem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Sim.

O SR. RUI PEREIRA DA PAZ - Por isso que nós vivemos essa situação, ou seja, a superlotação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Isso é gestão.

O SR. RUI PEREIRA DA PAZ - Então, o que acontece? Hoje, as delegacias não existem e não existirão, porque a Polícia Civil, através da Secretaria de Segurança Pública, está reduzindo o xadrez daquelas que estão sendo reformadas. Ou seja, quem tinha quatro, cinco celas passou apenas a ter duas e sem a chamada comarca, a cama de cimento. Então, hoje, a nossa construção é basicamente para presos provisórios e temporários. Ou seja, o preso é autuado em flagrante, ou fica temporário, para se fazer a investigação, e tem que ir embora. Em decorrência dessa situação, enquanto esses presos não saem, nós os mantemos, num certo período, porque não sabemos quando eles irão sair. Em decorrência desses presos encarcerados, surge um grande problema, que são as rebeliões, as fugas, a alimentação que o Estado vem pagando e que está sob a nossa égide. Temos que levar presos para as audiências, para o médico. Tudo isso reflete no trabalho da Polícia Civil. Então, o grande problema é o seguinte: a Polícia Civil, através da (*ininteligível*), não tem estrutura para manter presos (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Eu volto a repetir: isso que o senhor está falando é gestão. Não é isso que nós estamos discutindo aqui.



O SR. RUI PEREIRA DA PAZ - Mas eu não posso falar outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Então, eu vou lhe dispensar, para partirmos para o próximo depoente. Se o senhor não tem nada a dizer sobre o sistema construtivo, nós vamos passar adiante. Se não nós vamos ficar aqui falando, à tarde inteira, de um assunto que já discutimos, Sr. Rui.

Desculpe-me interrompê-lo e até ser um pouco descortês, mas nós temos que ser objetivos aqui. Nós temos que falar sobre construção, sistema construtivo, arquitetura. A gestão do sistema penitenciário da Bahia é altamente relevante — nós sabemos disso —, mas já fizemos audiência nesse sentido. Então, eu queria só saber o seguinte do senhor: lá na Bahia, tem algum exemplo que possa ser levado para as considerações? Quando nós convocamos uma pessoa para vir aqui, era para falar exatamente dentro dessa linha, porque, se nós vamos fazer aqui uma audiência pública com um objetivo e falamos de outro, não vamos chegar ao que queremos. É só isso.

O SR. RUI PEREIRA DA PAZ - Infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Eu vou lhe dar o tempo, então, e o senhor chega aonde quer.

O SR. RUI PEREIRA DA PAZ - Na questão de construção, quem pode realmente falar é a Secretaria da Administração Penitenciária, porque é quem cuida do sistema prisional. Eu, como representante da Secretaria de Segurança Pública, só tomei conhecimento do foco aqui, quando cheguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Então, eu vou agradecer a sua participação. Se o senhor quiser ainda fazer o encerramento, um comentário, eu não vou ser descortês aqui e deixar de ouvi-lo, mas, de antemão, vou lhe dizer que nós não vamos aproveitar sua fala. Se o senhor puder ser objetivo, sim, se não eu vou lhe dar mais 5 minutos e passar para o próximo depoente, se for possível.

O SR. RUI PEREIRA DA PAZ - Infelizmente, eu não posso acrescentar mais alguma coisa, porque, na realidade, a Polícia Civil, através das novas construções, vem reduzindo a carceragem. Inclusive vai ser construído o DISEP, em Capim Grosso, onde as celas serão reduzidas (*ininteligível*) ou seja, serão celas de passagem. Os presos entrarão e, imediatamente, seguirão para o sistema prisional.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem.

Então, eu estou assumindo a Presidência. Eu lhe agradeço a participação.

Vou passar para o próximo convidado.

Com a palavra o Tenente-Coronel Marcos Sérgio Freitas Santos.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

Seja bem-vindo, Sr. Tenente-Coronel!

O SR. MARCOS SÉRGIO DE FREITAS SANTOS - Sr. Presidente, vou ser bem percuciente em face do que já foi informado.

O sistema de Alagoas adota, como modelos construtivos, a construção convencional, ou seja, o que todos os Estados têm, naqueles presídios já antigos, naqueles presídios já disformes. E nós temos também, o que vale para esta CPI, no objeto em questão, o sistema construtivo SISCOPEN. Nós temos quatro unidades nesse sentido. Esse sistema SISCOPEN propicia, Sr. Presidente, uma operacionalidade mais qualitativa para o agente penitenciário. Por quê? Nesse sistema, o agente penitenciário, que é o grande operador do sistema prisional, trabalha com total segurança. Por quê? Há uma compartimentação, através de eclusas, como V.Exa. está vendo nesse prospecto. Essas compartimentações garantem ao operador penitenciário uma segurança, em caso de motim e de rebelião.

Há também a disponibilidade de atendermos as recomendações do Conselho Nacional de Política Criminal, tendo em vista que esse modelo construtivo proporciona as dimensões próprias para o mister de execução penal. Ele difere do sistema convencional, tendo em vista que propicia melhores condições, como eu já falei, de operacionalização, mas principalmente maiores condições de dignidade para o reeducando, Presidente. Nesse sentido, as celas evitam que a porosidade da pele, por exemplo, seja impregnada nas paredes, Deputado Alberto Fraga. Quem já operou — tenho 28 anos de Polícia Militar e passei 6 anos em tropa de reação, tropa de choque —, nós sabemos que o presídio convencional tem um cheiro próprio, um odor próprio, fétido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Que impregna.



O SR. MARCOS SÉRGIO DE FREITAS SANTOS - Que impregna. É justamente a escamação da pele do reeducando. Esse sistema construtivo, devido à sua porosidade, evita essa situação.

O modelo construtivo, como eu falei a V.Exas., em caso de intervenção de tropa de choque, também pode ser feito parte por parte, através das eclusas. Em casos também de gerenciamento de ocorrências com crise, nós podemos fazer o isolamento de energia e água e a contenção daquele ponto focal de crise. Então, nós temos uma diferença muito grande do modelo SISCOOPEN para o modelo convencional, no Estado de Alagoas.

Como eu falei para V.Exas., nós temos quatro unidades: duas em operação e duas a serem operadas daqui para setembro. Por ordem do nosso Governador Renan Filho, nós vamos propiciar quase 40% a mais de vagas neste ano. Então, a determinação do nosso Governador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Quantas vagas são nessas quatro?

O SR. MARCOS SÉRGIO DE FREITAS SANTOS - Nós temos, Excelência, 800 vagas no presídio do Agreste e 200 vagas no presídio de segurança da Capital, perfazendo 1.000. E vamos inaugurar agora mais 900 vagas, sendo 700 para o gênero masculino e 200 para o gênero feminino. Isso vai propiciar para o Estado de Alagoas um ganho operacional, na parte de gestão prisional, excelente.

Mas eu não poderia, Presidente, por mais objetivo que eu seja, deixar de falar que toda essa parte construtiva não seria eficiente sem o operador penitenciário. Então, eu queria fazer um registro público aqui e um agradecimento a todos os agentes penitenciários do País, pelos riscos por que passam, justamente nesses modelos construtivos arcaicos de segurança de vida. E quero parabenizá-los por isso.

Enfim, nós temos, em Alagoas, dois modelos construtivos: o antigo, o mais arcaico, o mais propício à falência estrutural de segurança e de ressocialização; e temos também o modelo construtivo, pelo qual nós opinamos, obviamente, por ser mais rápido, mais eficiente e mais proficiente na sua parte de gestão qualitativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - V.Sa. encerrou? Podemos seguir adiante?



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Posso me manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Pode, Deputada Carmen Zanotto, é claro que sim!

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Presidente.

Eu gostaria de perguntar se, quando vocês estão estudando a localização dos novos prédios, estão tendo a preocupação de fazer um espaço que possa no futuro, a médio e longo prazo, ser ocupado como oficina de trabalho, barracões com oficinas de trabalho.

O SR. MARCOS SÉRGIO DE FREITAS SANTOS - Sim, senhora! Sim, senhora!

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Na questão do setor saúde, todos esses prédios novos estão prevendo espaços para o cumprimento da portaria interministerial que trata da saúde do sistema prisional? Nos presídios femininos, está sendo previsto o atendimento das mães grávidas e dos recém-nascidos até, se possível, 1 ano de vida? E também, na questão das visitas íntimas, há espaço específico — que não sejam as celas, por favor —, espaço determinado para as visitas íntimas? E quanto à questão da pessoa com deficiência?

O SR. MARCOS SÉRGIO DE FREITAS SANTOS - Excelente pergunta, Deputada, uma das mais prósperas da tarde!

Por exemplo, o presídio feminino novo, construído nesse modelo, Sr. Presidente, propicia todos esses vetores de ressocialização de que a nobre Deputada falou. No feminino de 196 vagas, propicia justamente isto: o seu setor de saúde, o seu setor materno-infantil, as oficinas de trabalho para a parte laborativa e também a parte do nosso berçário. Ele apresenta todas essas qualidades, agregadas ao valor de termos a parte da revista íntima separada da das reeducandas. Nessa plataforma de construção, nós podemos fazer o inverso, Sra. Deputada. Nós fazemos a busca pessoal na reeducanda, no reeducando, e não no familiar, evitando, assim, aquele constrangimento, que é o grande mote do momento no País. Excelente pergunta!

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - E os espaços para possíveis oficinas de trabalho para os internos e as internas, para qualificação profissional mesmo?



O SR. MARCOS SÉRGIO DE FREITAS SANTOS - Essa é a 19ª sessão. V.Exas. já sabem do modelo construtivo. Nós podemos fazer justamente essa modulação. No caso de Alagoas, nós determinamos à empresa que, em cada final de pavilhão, nós tenhamos uma oficina, um espaço, justamente para propiciar o trabalho. No presídio do Agreste, nós temos seis módulos. Em cada módulo nós temos, senhores participantes, um espaço próprio para fazer a parte laborativa.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quero fazer uma pergunta, Sr. Presidente. Não sei se haverá outro membro — e parabênzo S.Sa. pela explanação — ou algum outro expositor com formação técnica para explicar a tecnologia propriamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Será o próximo, agora.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Coronel, muito obrigado. Havendo qualquer outra pergunta, voltaremos daqui a pouco ao debate.

O SR. MARCOS SÉRGIO DE FREITAS SANTOS - Presidente, obrigado! Eu gostaria de fazer uma referência, em nome de todos os policiais do Brasil, pela participação de V.Exa. na parte legislativa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Coronel. Valeu!

Eu convido o Sr. Henrique Adelino Deboni, Diretor Institucional da empresa Verdi Sistemas Construtivos S.A. É exatamente sobre essa questão que nós vamos discutir.

Para que eu não cometa um esquecimento, ao término das palavras do Dr. Henrique, eu vou conceder a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Sodré, que quer fazer a entrega de documento sobre a questão de bloqueios em aparelhos celulares. Se eu me esquecer, alguém me lembre.

V.Sa. tem a palavra.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Deputados presentes e convidados! Nós, de antemão, agradecemos esta grande oportunidade que estamos tendo de poder mostrar a todos os senhores um trabalho a que nos dedicamos profundamente há 15 anos neste nosso País.

(Segue-se exibição de imagens.)



Somos uma empresa construtora que, por muito tempo, por 40 anos, trabalhou com a generalização de construções e que, nos últimos 15 anos, focou na especialização de construção. Como na área da medicina, como na área do direito, como em outras áreas, acreditamos muito no foco e na especialização, para obtermos melhores resultados. Da mesma forma, nós não podemos consultar um pediatra sobre o nosso coração. Isso não funciona. Os dois são médicos, os dois são bons, os dois são especialistas, mas não dá!

Então, nós desenvolvemos, nos últimos 10 anos ou 12 anos, um sistema construtivo penitenciário ao qual demos o nome de SISCOPEN. Nesse sistema construtivo penitenciário foi montada uma equipe multidisciplinar, com quatro universidades envolvidas no processo, com apresentação ao CNPCP duas vezes aqui em Brasília. Houve discussão com a OAB, discussão com direitos humanos, discussão com diretores, discussão com operadores de presídio. Enfim, foi uma equipe multidisciplinar, com algo em torno de trinta profissionais envolvidos na área multidisciplinar.

Em cima disso, após os estudos e tudo o mais, nós... Falo da minha função. Eu sou arquiteto e engenheiro civil, com mais de 45 anos de formação. Eu simplesmente fiz a parte mais fácil, que foi a coordenação e a junção de todo esse trabalho.

Hoje nós dispomos no País de duas grandes fábricas: uma no Sul do Brasil, na cidade de Ivoti, Rio Grande do Sul, próximo à grande Porto Alegre — não sei se alguém conhece — e uma outra fábrica no Estado da Bahia, na cidade de Pojuca, a 50 quilômetros de Salvador. Somando as duas unidades, há algo em torno de 80 mil metros quadrados de área construída, usadas única e exclusivamente para a construção do SISCOPEN.

O grande diferencial desse produto, de tudo, a grande inovação desse produto é que não se produz por pedido. São fábricas que ficam produzindo presídios constantemente e armazenando-os. Quando há necessidade em nosso País ou em outro país no exterior, simplesmente se busca um presídio que está pronto no estoque, transporta-se e monta-se.

Procura-se trazer para dentro da fábrica, como meta, 80% dos trabalhos que são feitos no canteiro de obra; isso é levado para dentro de uma fábrica. Não é



possível fazer na fábrica 20% do trabalho, e muitas vezes tem que se acrescer mais ainda ao trabalho local, porque há terraplanagem, infraestrutura, cercamento, urbanização.

Esse estudo foi baseado em três grandes pilares. Após visita a mais de cem presídios neste Brasil por essa equipe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu pediria ao pessoal da técnica para que arrume um microfone sem fio. Fica melhor para S.Sa. falar.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Vamos aproveitar o tempo aqui, queremos aproveitá-lo ao máximo.

Após a visita a mais de cem presídios, sentimos que, para o nosso País, a grande deficiência que estava havendo situava-se em cima dessas três grandes pilares, assim os chamamos.

Primeiro, a habitabilidade. a maioria dos presídios visitados por nós, à época, não tinha condições mínimas de habitabilidade. Um ser humano ali dentro entrava ali para apodrecer, e não para ser recuperado.

Segundo, a operacionalidade. Estamos num país que tem muita coisa a fazer e temos que fazer economia na nossa máquina, para frente. Então, procuramos montar um sistema operacional que requer menos pessoas e com um custo mais baixo para o Estado que vai operar o sistema. Há estudos de redução de 40% a 50% do número de pessoas necessárias, e isso é o que a arquitetura propiciou, sem detrimento da qualidade do trabalho, mas simplesmente tomando cuidados como movimentar o preso mínimo possível e simplificar as operações.

Terceiro, a segurança. O SISCOOPEN é projetado para o regime fechado de segurança — hoje também tem estudos para o semiaberto. Quando o indivíduo é privado da sua liberdade, como pena, ele tem que estar seguro lá dentro; o agente prisional tem que estar seguro lá dentro e todos têm que ter segurança lá dentro.

Em cima desses três pilares, habitabilidade, operacionalidade e segurança, nasceu o SISCOOPEN.

Um dos grandes diferenciais que essa inovação tecnológica permitiu foi a velocidade. Essa é uma obra no Rio Grande do Sul, com três casas de 800 presos cada uma. Elas foram entregues com 8 meses de obra — 8 meses de obra! São 800 aqui, 800 ali e 800 lá.



O que se fez? Trata-se de uma solução arquitetônica, aliada a um sistema construtivo industrializado que permite a ressocialização do preso e a rapidez de execução da obra. Ali foram desenvolvidos materiais especiais e técnicas de construção. Toda a gestão da nossa fábrica hoje não é como a da construção civil; é como a da indústria automobilística, com linha de produção.

Eu sou engenheiro civil, sei como é a construção civil toda. Os senhores conhecem a construção civil. Procurou-se usar nesse sistema todas as ferramentas disponíveis no mercado para a industrialização.

Aqui há a parte de celas, a área carcerária.

A primeira premissa desse sistema, Sr. Presidente, é que ele não pode ter vários andares. Ele é horizontal. Aqui mora o preso, lá mora o preso. Lá em cima há uma galeria técnica, onde o agente prisional opera, e ali embaixo há a movimentação de presos.

Procurou-se usar materiais que dessem resistência, durabilidade — o grande problema que temos hoje é a manutenção — e segurança máxima. Foram usados ali dentro — junto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mais especificamente com o Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação, e com a Universidade Federal de Santa Catarina — concretos que são quatro vezes mais resistentes que os concretos normais e convencionais, para aumentar a qualidade e a durabilidade.

Também foram utilizadas grades de aço cementado. Essa mesma fabricante de armas, a Taurus, cimenta as hastes para dificultar a fuga. Não existem ferragens nas estruturas internas. Existe um concreto que é armado com fibras de zircônio com vidro, para que o preso não cavouque e não o use como arma para rebeliões. Nos Estados que têm isso — os senhores já devem saber —, nós até hoje não temos notícias de rebelião com mortes, dentro de um sistema desses.

A grande questão que vimos também na habitabilidade é relacionada a problemas de doenças fortes de pulmão, como a tuberculose, que está disseminada dentro dos presídios. Há, por exemplo, estudos da área de biologia da Universidade Federal que buscam o porquê: não haver iluminação, não haver ventilação, não bater sol dentro da cela, ser porosa a cela e acumular água.



O que temos para resolver isso? Essa equipe de trabalho buscou soluções no mercado, pesquisou, desenvolveu. Nós sabemos que esses concretos de alto desempenho aguentam quatro vezes mais do que os concretos convencionais. Perguntava-se: *“Mas isso é preciso?”* Isso não é preciso para a segurança, mas é preciso para a saúde. Por que isso? Por que acontece isso? Nós precisamos ter, por exemplo, azulejo nos presídios. Mas num presídio não pode haver azulejo! O preso o arranca, mata o outro, corta. E há a junta. O que existe no mercado? Pesquisou-se, correu-se o mundo e descobriu-se que existe um concreto de alto desempenho, feito com cimento branco, que não tem nenhum poro, que parece um porcelanato e que soluciona tudo isso.

Eu poderia ficar enumerando hoje aqui — não sei se isso é de interesse — os muitos materiais que se utilizam hoje para resolver esses três problemas: habitabilidade, que era muito grave, operacionalidade e...

Na passarela superior, temos instalações muito simples, expostas — e vou falar até uma heresia —, que qualquer preso conseguiria arrumar. Ele não pode subir no piso superior, está entendendo? Há as caixas de descarga, os registros de água quente e de água fria. Estamos mostrando e isso parece até meio feio, mas a manutenção é de extrema facilidade. Qualquer pessoa, gastando bem pouco dinheiro, mantém isso.

Aqui nós estamos num corredor. Olhem a penetração do sol dentro disso! A maioria dos corredores de presídios são soturnos, são escuros, sem ventilação. Neste aqui, vocês estão vendo o sol. Isso é sol, o sol entrando por cima, o sol entrando pela janela do preso, o sol batendo no corredor. Pode passar o próximo. Solução sustentável. Hoje, no Estado da Bahia — o Dr. Sodré não comentou, mas está sendo feito o primeiro presídio das Américas com o selo de sustentabilidade. É no Município de Brumado. É uma decisão de Governo que foi tomada, fomos chamados e perguntando se nós topávamos trabalhar nisso. Topamos. Então é o primeiro presídio do Brasil com selo de sustentabilidade — vamos começar com um selo verde, ainda não conseguimos um selo prateado ou dourado, mas é um selo que já se certifica a sustentabilidade no Município de Brumado. Reduz em 90% de geração de resíduos lá. Hoje já está sendo desenvolvida em fábrica toda a captação de energia solar; o uso das águas pluviais lá. O canteiro de obras ainda é simples. E



tudo isso permite mais rapidez. Pode passar que eu estou... Olha aí a cela, vocês estão vendo a cela por dentro, estão vendo o sol batendo aqui dentro no chão. Na cela — isso é um estudo de psicologia —, o preso tem que olhar para fora e não para dentro. Então isso nós brigamos e discutimos muito com o Brasil inteiro, porque o preso, ele olha para fora — para fora que eu falo é dentro dos seus muros, dentro das suas coisas — e isso provoca psicologicamente uma motivação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O senhor sabe a metragem dessa...

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Sei. Esta aqui deve ter em torno de 18 metros quadrados, 16.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Capacidade?

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Aqui, olha. O estudo original...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Oito.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Oito. Quando nós desenvolvemos o nosso projeto, o máximo permitido eram 6, e nós recomendamos 6; só que o problema nosso é tão grande, é tão grande no País, que foi flexibilizada a Resolução nº 9, do SNPCT, permitindo que se coloquem 8. Então, hoje, 100% das celas são 8. Precisaríamos ser colocadas 16 aqui, mais 8 no chão, ou fazer um rodízio, mas são, hoje... tem celas, no processo, tem celas de 1, celas de 2, celas de 4, celas de 6 e celas de 8. Dentro do... Isso depende...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu, eu só achei...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Desculpe atrapalhá-lo. Por acaso vocês estão construindo a de São Cristóvão do Sul em Santa Catarina e construíram de Lages, no meu Município?

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Também. Também. Também.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Perfeito.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Lá em São Cristóvão nós construímos e entregamos um na semana passada e agora estamos construindo um central, de todo o Estado, para os presos diferenciados. Em vez de levar para um presídio federal, eles levam para lá. Começamos esta semana aí.

Próximo. As celas com dimensões superiores, Presidente, às recomendadas pelo SNPCT. Nós chegamos no... Pode passar a próxima aqui. Aqui vocês estão



olhando a parte externa de um presídio, olhem. Ele tem uma graminha para que o preso a enxergue, ele ventila, ele ilumina dentro da cela.

Pode passar a próxima.

Aqui vocês estão vendo um conjunto de presídios, já. Os nossos presídios têm módulos. O módulo não é uma cela. Nós chamamos, por exemplo, de módulo integrado. Aí tem o módulo da saúde, o módulo de serviços. É uma solução completa. A Sra. Deputada acho que fez uma pergunta antes. Nós estamos plenamente de acordo no sentido de que presídio onde homem não trabalha não é homem o que temos lá dentro; são animais. É muito difícil lidar com as pessoas sem uma ocupação de educação. Todos os nossos presídios têm ambientes para trabalho, educação, dentro do presídio.

Pode passar. Certificados e avaliações. Nosso presídio foi certificado pelo Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi, teve o título de Notória Especialização, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2004, conquistamos um prêmio, um certificado de empresa ressocializadora, título que confirma a inovação na segurança para o bem-estar.

E aqui uma grande coisa que eu gostaria de botar, que é um desabafo meu: o Brasil não tem norma de desempenho técnico para presídios; o Brasil tem normas de desempenho técnico, graças a Deus, para edificações habitacionais. É um grande primeiro passo. Nós, no passado — porque não havia normas —, nós contratamos o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, copiamos uma norma americana e tentamos botar para o Brasil. E aí nós temos análise de desempenho técnico para esse nosso sistema aí. Somos reconhecidos... Até à disposição de vocês aqui há um livro. Hoje na bibliografia usada nas escolas de arquitetura do Brasil é um livro nosso sobre o sistema prisional. Eu tenho, nós temos aqui modelos que poderei, para quem quiser, que é aquele livro nosso: *Sistema Arquitetônico Penal*. Ele faz parte de todas as bibliotecas de arquitetura das universidades. Para arquitetura.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu o tenho.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Nós temos... A DVT é uma revista internacional publicada na Alemanha sobre... a mais conceituada no mundo. Ela é publicada em todas as línguas do mundo. Nós temos uma reportagem muito



especial sobre o SISCOPEN, dentro dela, do ano passado — um pedido da Alemanha nos perguntando, nos visitando aqui no Brasil e publicando nessa DVT aqui. Uma outra coisa que nos orgulha muito: a ONU, junto com o DEPEN, tem um manual de intervenções para prevenção de doenças. Lá dentro não está escrito SISCOPEN, mas se vocês olharem nos bons exemplos a seguir, vocês vão ver muitas fotos do SISCOPEN, dentro deste manual da ONU aqui, e do DEPEN. Aqui, esse é o nosso módulo que nós chamamos de integrado. Aqui é um módulo baseado para algo em torno de 120 pessoas. Aqui nós temos as celas; do lado nós temos os ambientes de educação, de trabalho, nós temos o ambiente de encontro íntimo, o ambiente de visita e o ambiente do preso, que é no pátio, ao sol, ou um lugar onde ele olha a televisão e tudo. Esse é o diferencial do nosso projeto arquitetônico. É tudo pertinho, sem nenhuma contaminação. A visita nunca entra, não chega aqui; ela entra direto aqui, na porta, e chega ali. O preso passa por aqui. Aqui a gente pode revistar o preso e não a visita, que é muito mais digno hoje você revistar o preso, e não a visita. Salas de trabalho, salas de aula.

Pode passar. Aqui vocês têm uma planta baixa. Esse é um presídio que tem quatro módulos integrados. Então num presídio há uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito fábricas. Tem uma, duas, três, quatro salas de aula. Aqui estão os encontros íntimos. Este preso aqui... Separa-se isso por um perfil psicológico para o preso, não pelo perfil de crime, porque o perfil de crime não classifica bem a pessoa. Eu posso ter um cara que cometeu um crime muito grave, mas o perfil psicológico do ser humano. E pode ter aqui o Grupo A, o Grupo B, o Grupo C e o Grupo D. Então, o que a arquitetura propicia? Ela não gerencia obra; ela põe à disposição uma ferramenta na área de arquitetura para que as pessoas possam operacionalizar. Pode passar a outra.

Aqui nós temos exemplos agora. No Espírito Santo, em Vila Velha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - No prazo. Os Deputados prestem atenção no prazo e no tamanho da obra; no prazo de execução.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Aqui nós temos, em dez meses, em Vila Velha, para 1.236 pessoas. Seiscentas e poucas aqui, seiscentas e poucas lá. Isso aqui são fábricas e escolas, aqui dentro do sistema. É uma obra grande. Foi



uma obra de 10 meses. Próxima. Aqui nós temos uma obra feita em Venâncio Aires, para 529 presos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Essa, fui eu que licitei lá no Rio Grande do Sul.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - É uma obra para 6 meses, pronta. Aqui com pessoas, 150, 150, 150, 150. Sempre o mesmo princípio: o dos módulos integrados. E aqui na frente, serviços: aqui tem cozinha, lavanderia, unidades de saúde, a parte administrativa, a parte de inserção do preso.

Pode passar a outra. Aqui uma obra muito grande, que é o Complexo Prisional de Canoas, no Rio Grande do Sul. Aqui são três casas de 800 presos, cada uma. E aqui em cima uma pequena de 400. Então, essa é uma outra obra de 8 meses que está pronta agora. É uma obra muito grande. E o que permite essa velocidade? Essas obras estão prontas numa parte. Aí, abre-se solo, faz-se terraplanagem, mas depois é uma montagem.

Aqui temos uma penitenciária feminina de Cariacica. Aqui tem creche, berçário dentro. E a nossa turma estudou que o grande problema hoje das crianças no presídio era conviver com os presos num ambiente de prisão. Aqui fomos nós que tiramos as presas de dentro das celas e as colocamos no berçário ou na creche. Então, durante a maternidade, durante a educação, aqui cada Estado tem as suas orientações, a presa sai da cela. Ela vai lá à creche, ao berçário, dentro do esquema de segurança e tudo. Então, aquela criança que nasceu ali, enquanto ela tiver a sua formação cognitiva sendo definida, que é de zero a três anos de vida, ela não está num ambiente de prisão. Ela está numa creche bonitinha, com flor, com arvorezinha, com colorido, com instrutores do Estado especialistas nessa área. Não é um agente prisional que está ali com a criança. Não são outros presos que estão ali com a criança.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Salvador.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Cadeia pública de Salvador. Cinco, seis anos atrás, eu acho, são 6 meses para 438 vagas. Após, foi ampliada, em mais 3 meses, mais 400 vagas. Então, hoje, devem ser oitocentas e poucas vagas nesta cadeia aqui que está na capital, esqueci o nome.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Em Salvador.



O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Sim. Próximo. Unidade Prisional de Girau de Ponciano. Aqui, lá no Agreste, são 789 vagas, 8 meses. Aqui tem saúde, aqui tem trabalho, aqui tem apoio...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Creche.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Tem creche, aqui tem tratamento de esgoto, aqui tem água, tem um monte de coisas que às vezes se requerem no princípio, está lá fora, lá no Sertão, tem que fazer.

Próximo.

Obra no momento agora, em Itajaí. A senhora é de Santa Catarina? Nós estamos com 3 meses de obra e estamos com 60% da obra concluída, isso porque dá emprego. E o que está lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Deboni, nós temos que acelerar, porque começou a Ordem do Dia.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Deixe-me terminar aqui, próxima, rapidinho. Essa de Blumenau...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Rapidamente, olhe aí o número.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Uma outra coisa importante. Nós ficamos 4 anos pesquisando, desenvolvendo e investindo. Está aprovado? Está. Aí fomos para o mercado. Nós ficamos no mercado por 8 anos só. Nesses 8 anos, nós temos 92 presídios no Brasil. Aqui eles estão distribuídos. Uma coisa mostrada aqui: o Estado que compra um não para de comprar.

A Bahia comprou um... Olhem quantos comprou. Santa Catarina comprou um, não para de comprar. Tem no Maranhão, tem no Alagoas...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - No Rio Grande do Sul.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Nem está atualizado aqui. São quatro casas. Passe a última para encerrar. Já encerrou. Muito obrigado a todos. Estou à disposição.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Eu costumo dizer uma coisa: o teste de São Tomé é o que mais vale. Não adianta vir aqui falar, falar, falar. Ver para crer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É isso aí.

Eu só quero comunicar aos Parlamentares que a Ordem do Dia já iniciou. Eu vou conceder a palavra rapidamente ao Sr. Carlos Sodré, para que faça a entrega de um documento que ele quer fazer à CPI, para que eu passe a palavra aos Deputados para a gente encerrar. E a palavra ao Relator.

O SR. CARLOS EDUARDO SODRÉ - Sr. Presidente, não obstante o foco da reunião ser a questão da arquitetura prisional, mas eu sou portador, com as homenagens do Secretário Nestor Duarte, de um documento que é a Lei 13.139, de 4 de julho de 2014, aprovado pela Assembleia Legislativa da Bahia, referente a um tema que certamente há de ter sido objeto de tratativas e de discussões nesta Comissão, que é uma lei que determina que as empresas operadoras do serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações do seu próprio sistema dos estabelecimentos penais estaduais, e dá outras providências.

Essa lei, que também no Estado de Santa Catarina já foi editada, mereceu ações diretas de inconstitucionalidade movidas naturalmente pelas partes interessadas. E, quando o Secretário envia essa lei a V.Exas., ele o faz na expectativa de o pedido ser examinado e, se possível, de ser considerada a possibilidade de uma providência ser recomendada ao final dos trabalhos da Comissão, uma providência eficaz para inibir o desvirtuamento, a vulnerabilização do sistema prisional, que tem sido responsável por graves problemas e graves incidentes o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado. Eu e o Relator já estamos atentos a essa situação. Nós já visitamos alguns presídios onde é possível, sim, fazer o bloqueio. Não se faz onde não se quer fazer. Então, eu agradeço a V.Sa. Nós vamos fazer o encaminhamento devido.

Eu vou conceder a palavra a três Deputados. Peço somente que sejam breves, embora a Deputada Carmen Zanotto vá se derreter em elogios, afinal o Estado dela foi o que mais comprou presídios.

Eu passo a palavra à Deputada Carmen Zanotto. Depois, ao Deputado Edmilson Rodrigues e à Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Presidente, eu vou ser bem breve, em função dos trabalhos que nós temos no plenário.



Eu quero somente registrar que nós estivemos — o Daniel nos acompanhou — pessoalmente na visita técnica no presídio do Município de Lages, que é na minha cidade, e no de São Cristóvão do Sul, onde essas obras estão sendo executadas.

É preciso dizer que o cuidado com a obra e com sua especificidade, o cuidado inclusive com as camas, que devem ser mais baixas, onde ficam os presos com deficiência física; as barras de segurança nos sanitários; e a área de sol que tenha uma parte coberta que, se porventura chova, permita que os presos possam ir até ao banheiro naquele espaço físico, faz diferença sim.

Eu só quero fazer um pedido, uma vez que o presídio de Lages não tinha espaço para visita íntima. Então, eles desativaram uma cela, com capacidade para seis detentos, para possibilitar a visita íntima. Queria pedir que nenhuma obra saia sem que a gente tenha efetivamente esse espaço assegurado. E peço também cuidado com o setor saúde, que é fundamental para que a gente possa dar dignidade aos presos. E repito, Sr. Presidente, o que eu disse na nossa audiência hoje de manhã: se nós tivermos estrutura com dignidade, nós vamos, sim, ter segurança para os agentes penitenciários, segurança para a família que vai visitar os presos, segurança para aqueles que estão lá tendo que cumprir sua pena. Então, isso é importante.

É um momento pelo qual o País está passando. Se a gente olhar aqui para o mapa, vários Estados estão efetivamente buscando soluções para um caso que era praticamente sem solução. O que se percebe, mais uma vez, é que há solução. Basta a gente priorizar o conjunto de ações de cada Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputada.

Daqui a pouco, o Deputado Luiz Carlos Busato vai dizer claramente por que isso não é empregado em todo o País, não é aplicado em todo o País.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Minha pergunta é bem breve, bem objetiva e técnica. Não sei se o próprio arquiteto e Deputado, Busato, pode respondê-la.

Primeiro, gostaria de saber de que modo é feito o concreto. São peças pré-moldadas?



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - São blocos pré-moldados, monoblocos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas parece que tem um reboco.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não, não tem reboco. Ele é um concreto vitrificado praticamente. A forma e a composição do concreto são de limalhas; não é usado barramento de ferro. As limalhas são de fibra de vidro com zircônia.

Deputado Edmilson, é que nem a este iPad aqui. Tu tentas riscá-lo e não consegue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É mais fácil derrubá-lo, do que furá-lo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tu o capotas, porque, se tentar arreventá-lo, não consegue.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Porosidade mínima...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não tem porosidade. Ele é praticamente um porcelanato.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ...o que evita o mau-cheiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Exatamente. Não impregnam germes, nada ali.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E a outra pergunta é em relação à laje.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Que laje?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O tipo de cobertura.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - São blocos. Depois tem uma outra galeria superior, onde os agentes penitenciários caminham, abrem e fecham as portas, toda com instalação elétrica.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E o forro? O forro não é de laje.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não, tem um telhadinho em cima dos blocos.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E ele oferece condições de segurança?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Total, total.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Porque a telha me parece...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Deputado Edmilson, V.Exa. é arquiteto também. Posso te interromper? Desculpe.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Claro.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - É uma solução que nós adotamos lá no Rio Grande do Sul, já em dois presídios. Nós construímos uma unidade prisional em Canoas para desativar o presídio central. São 2.800 vagas construídas em 8 meses — 8 meses.

A grande dificuldade desse processo chama-se DEPEN, porque o DEPEN insiste no sistema tradicional, que é aquele, sistema do qual nós já sabemos, que quando começa não se sabe quando termina.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Ele tem aditivos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - A cobertura é de fibra de cimento?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E o piso também. Ele já havia falado do piso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Ele é todo em monobloco, o piso é de concreto também.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - A grande diferença desse processo é que são caixas totalmente prontas, já têm o telhado e tudo com o mesmo material. Não existe telhado sobreposto. O telhado é isolado termicamente; ele reduz a temperatura de 65 graus, do sol batendo em cima, para 25 graus dentro. Então, ele tem todo um conforto térmico específico já no próprio conjunto. É para São Tomé ver para crer. É todo em concreto; não tem telha de fibra de cimento, não tem telha metálica, não tem cobertura.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Agradeço. Eu, pessoalmente, achei uma solução muito boa.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Fantástico.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não sei o preço. Aqui não foi falado quanto custa.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - O preço, obviamente, é um pouco maior do que o do sistema tradicional.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Claro, claro.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Só que se tu levares em conta o prazo, fazendo na ponta do lápis, o preço sai mais barato.

Há presídios lá no Rio Grande do Sul de quando eu assumi a Secretaria de Obras, que eram do Governo anterior ainda, da Yeda Crusius. Eu fiquei lá durante 4 anos e não consegui terminá-los.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - E esses dois presídios, das 2.800 vagas, mais as outras de Venâncio Aires, nós começamos e terminamos dentro do Governo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E uma última pergunta, não sobre tecnologia propriamente dita: existe um certificado para dispensa de licitação?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Bom, aí entra no regime de contratação, que é a dificuldade com o DEPEN. Esse sistema, pela modalidade inovadora, está sendo construído no Rio Grande do Sul por RDC integrado. Por quê? Porque são eles que têm o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos avançar? V.Exa. está satisfeito? Deputado Edmilson, dê uma olhada no vaso sanitário, que é o mais constrangedor, em qualquer cela de presídio, e no tanque de lavar roupas nas celas.

Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Na verdade, eu já cheguei durante a exposição e talvez faça aqui algumas perguntas ignorantes.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não tem problema.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A apresentação desse projeto, que é a solução completa para o sistema prisional, está direcionada apenas à construção. Não é uma Parceria Público-Privada, que prevê um custeio depois.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não, a maneira da contratação depende de cada Estado. Há Estados que fazem por contratação. Eu não sei se tem alguma PPP. Vocês já fizeram?

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Nós estamos trabalhando na formatação de várias PPPs, mas não tem nenhuma. Só existe uma PPP no Brasil que está funcionando, que é a de Minas Gerais. E fomos convidados, na semana passada, para concluir a parte mais fácil, que é a de construção. Eles só conseguiram fazer até hoje — depois de 6 anos — três casas, e são cinco no total. Então, nós estamos sendo convidados agora para concluir essas outras duas casas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas essa de Minas é com vocês também?

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele está falando que só existe uma no Brasil que é esta.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não, não. É a GPA. É uma outra empresa. Ela nos convidou para construir as duas casas faltantes.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu vou só fazer uma pergunta de ordem prática. Eu estava vendo aqui que o Maranhão, Deputada Carmen, tem um monte de pontinho também, tem seis aqui. *(Risos.)*

Eu estava vendo a data do contrato. Há uma data do contrato de 2007, por exemplo, o CDP, que foi uma que nós inclusive visitamos recentemente. Eu queria somente entender o que é isso aqui. Há um prazo de execução de 4 meses. As obras foram feitas?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Em 4 meses.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Elas foram feitas em 2007, mas a situação que está hoje não está nesse mesmo nível. Está o contrário.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Como? Aonde é?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A iluminação não está aqui. É o nº 4, do Centro de Detenção Provisória.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - O de Pedrinhas?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Exatamente, de 2007.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Isso.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - V.Exa. disse que visitou esse Centro de Detenção Provisória. E há uma outra aqui, mais embaixo, onde, na verdade, a situação de iluminação é gravíssima, é séria. O módulo de segurança máxima está realmente um pouco melhor, mas não no CDP.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Sra. Deputada, no Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas há várias obras lá dentro.

Um são nossas; outras não são. Então, não sei de qual a senhora está falando. Todas são nossas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas e esta aqui que está nessa relação de obras?

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Todas são nossas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas aqui na relação de obras tem o Centro de Detenção Provisória.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É isso o que estou falando para o senhor. São 402 vagas. Eu queria saber sobre esta data: 8 de outubro de 2007, quando foi feito o contrato. Ou seja, há bastante tempo.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, eu não estou falando da questão de manutenção, porque aí gera outra situação...

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ... mas da própria forma da construção, a arquitetura da construção.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - A construção, a construção.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A própria construção. E parece-me que ela não obedece a esse critério de iluminação.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu não sei. A empresa que pode dizer.

O SR. HENRIQUE ADELINO DEBONI - Então, é outra, porque a nossa penitenciária está inclusive aprovada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas, inclusive quanto à iluminação.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Seria bom dar uma olhada, para ver se é da mesma que vocês estão falando, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu acho que é mesma. Mas eu posso ver isso aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria até pedir depois para ter essa conversa, porque realmente não está batendo o dado do ponto de vista da arquitetura. Eu não estou nem falando de manutenção, porque já faz muitos anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Está bom. Claro.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, ao longo do tempo algumas coisas podem ter se desgastado, pintura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E em Pedrinhas eu não vi nada parecido com isso daqui.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não tem absolutamente nada.
(Risos.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Então, não deve ser o mesmo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas aqui está como se fosse o mesmo. É este o questionamento que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, V.Exa. quer falar?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não, eu somente queria comentar que no Rio Grande do Sul a contratação foi feita por inelegibilidade porque não havia um sistema.

A grande dificuldade em qualquer obra no Brasil, não é só no sistema penitenciário, é a questão da inovação. Quando a gente fala em inovação, o Governo pula para trás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Trava.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Então, o que nós queremos é exatamente mostrar para o DEPEN que é possível fazer em curto espaço de tempo obras de qualidade com o recurso, porque tem recurso sobrando. Passa-se de um ano para outro e não se consegue executá-las.

Então, o que a gente queria mostrar era isso aí, Presidente.

O SR. CARLOS EDUARDO SODRÉ - Deputado...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não.

O SR. CARLOS EDUARDO SODRÉ - Eu queria só uma informação pontual. O Tribunal de Contas da União tem acórdão favorável emitido em relação a esse sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A gente está sabendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tanto que tem tudo isso aí construído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu queria agradecer a todos os convidados, especialmente o do SISCOOPEN, que traz para nós uma esperança.

Nós, que visitamos os presídios País afora, percebemos que pode ser feita alguma coisa.

Eu agradeço a todos a participação.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se amanhã, dia 15, às 14h30min, no Plenário 11.

Está encerrada a presente reunião.